

Diante de uma crise? Interrogações da historiografia em tempos hesitantes

Facing a crisis? Questions by historiography in hesitant times

Luiz Alexandre Kosteczka

<https://orcid.org/0000-0002-8914-462X> 

RESUMO

O objetivo desta revisão de literatura é apresentar uma seleção das discussões historiográficas a respeito da hipótese de um tempo de crises *da* e *na* história. Os escritos que serão apresentados originam-se de reflexões atuais de pesquisadores brasileiros e de suas relações com outras paisagens intelectuais, ofertando posicionamentos para uma temática cada vez mais pertinente no tempo presente. Objetivando também um balanço dos aspectos globais desta historiografia recente, esta resenha procura indicar as relações com figuras intelectuais de outros países. Assim, o texto se estrutura em quatro eixos fundamentais. Primeiramente, aborda a relação com a crise do tempo e as possibilidades operativas do conceito de *regimes de historicidade*; em seguida, os debates em torno das questões de *digitalidade*; em um terceiro momento, demonstra a qualidade das produções que pensam a intervenção do historiador no *mundo prático*; por fim, demarca as capacidades de intervenção de uma necessária articulação entre *economia* e *política*.

ABSTRACT

This literature review aims to present a historiographic discussion on the hypothesis of a period of crisis *of* and *in* history. The writings to be discussed focus on contemporary observations by Brazilian researchers and their relationship with other intellectual landscapes, offering remarks for an increasingly relevant theme in the present-day. Aspiring a survey of the global aspects in such recent historiography, this review seeks to indicate the relationship with scholars from other countries. This article is structured in four fundamental axes. First, the relationship between the crisis of time and the operational possibilities of the concept of regimes of historicity; then, the debates on issues of *digitality*; in a third moment, we demonstrate the quality of the productions that consider the historian's intervention in the practical world; finally, it delimits the intervention capacities of a necessary articulation between *economics* and *politics*.

PALAVRAS-CHAVE

História; Historiografia; Crise

KEYWORDS

History; Historiography; Crisis

Introdução

Ao interrogar o tema da *crise* dentro da disciplina de história, habitualmente se recorda do famoso editorial da revista *Annales*, intitulado *Economies, sociétés, civilisations*, publicado no ano de 1988. A chamada diagnosticava um ambiente de incerteza e de uma crítica generalizada em relação às ciências sociais, fruto de uma “multiplicação desordenada de objetos de pesquisa” (ANNALES 1988, p. 292, tradução nossa). Esse diagnóstico dos *Annales* é contemporâneo de uma profunda reconfiguração da paisagem geopolítica global, uma passagem de época que certamente abalou os desígnios das filosofias da história. Poucos meses após sua publicação, a tese do *fim da história*, escrita por Francis Fukuyama (1989) em revista estadunidense de expediente conservador, a despeito da recepção por vezes anedótica, apresentou-se também como um impulso de um mal-estar da civilização ocidental ao final do milênio.

Após mais de 30 anos desse editorial e da polêmica tese do assessor de assuntos de Estado dos EUA, o objetivo desta revisão de literatura é apresentar algumas das discussões historiográficas a respeito da hipótese de um tempo de crises *da* e *na* história. Os textos que serão apresentados se originam de reflexões atuais de pesquisadores brasileiros e de suas relações com outras paisagens intelectuais, ofertando posicionamentos para uma temática cada vez mais pertinente no tempo presente. A maioria desses trabalhos é do último decênio e busca compreender esse momento sensível e de desorientação dos pressupostos do conhecimento histórico. Ainda que provisório, este balanço historiográfico procura iluminar essa conjuntura apreensiva para a disciplina de história e, por consequência, das ciências humanas.

Esta breve revisão de literatura ocupa-se em apresentar uma seleção da produção intelectual brasileira que enfrenta, de certa forma, esses temas candentes. Objetivando também um balanço dos aspectos globais dessa historiografia recente, esta resenha procura indicar as relações com figuras intelectuais

de outros países. Assim, o texto se estrutura em quatro eixos fundamentais. Primeiramente, aborda a relação com a crise do tempo e as possibilidades operativas de noção de *regimes de historicidade*; em seguida, os debates em torno das questões de *digitalidade*; em um terceiro momento, demonstra a qualidade das produções que pensam a intervenção do historiador no *mundo prático*; por fim, demarca as capacidades de intervenção de uma necessária articulação entre *economia* e *política*.

Ao fundo desses escritos, encontra-se uma paisagem tétrica, onde discentes e docentes enfrentam um contexto de fortes incertezas no sistema educacional. Leva-se em conta a formação de uma opinião pública controversa à atividade intelectual, ocupando vários lugares de enunciação para transformar os *negacionismos* em espetáculos das novas mídias, nos quais se estrutura um campo discursivo de ataques diretos contra todas as virtudes da academia. Fenômenos sincrônicos às práticas de cortes estruturais, que inviabilizam a manutenção dos pilares básicos das universidades públicas, nomeadamente o ensino, a pesquisa e a extensão. Somando-se à precarização das atividades docentes nas instituições de ensino privado e às dificuldades de inserção no mundo do trabalho, a história e as humanidades enfrentam momentos que poderiam ser vistos como de encerramento das expectativas. Tal situação recrudescer nesse período de exceção, proporcionado por uma pandemia sem precedentes nesta geração, conferindo ainda mais relevância a essa particular historiografia.

Crise do tempo histórico: a tese dos regimes de historicidade

"No future"
(*God Save The Queen* – *The Sex Pistols*)

Esta emblemática frase, presente na composição *God Save the Queen*, da banda britânica *The Sex Pistols*, surge na introdução de *No fio da navalha: historicidade, pós-modernidade*

e fim da História (2015), dissertação de mestrado de Danilo Araújo Marques, defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação de José Carlos Reis. Esses versos que se entremeiam ao refrão da música são uma metáfora recorrente no mundo intelectual. Para Franco Berardi, 1977, ano do lançamento do álbum *Never Mind The Bollocks*, estreia desta controversa banda *punk* londrina, da criação do logotipo da *Apple* ou da onda de suicídios de jovens japoneses, foi também o ano em que “a humanidade começou a duvidar que futuro e progresso são equivalentes” (BERARDI 2019, p. 19).

Investigando o percurso intelectual de Jean-François Lyotard e de Francis Fukuyama, Danilo Araújo Marques procurou iluminar os sinais de uma crise do tempo histórico no interior dos escritos desses dois autores. Podendo se apresentar com um juízo formado em relação às reconhecidas polêmicas dos textos e dos posicionamentos sociais e políticos, que fez desses pensadores referenciais da década de 1970 até o início de década 1990, o objetivo da dissertação de mestrado foi perscrutar as trajetórias intelectuais e suas consonâncias com uma “dita” pós-modernidade. De reconhecida envergadura e posteriormente publicada na forma de livro, a dissertação buscou analisar as manifestações textuais de Jean-François Lyotard e de Francis Fukuyama a partir da problemática dos *regimes de historicidade* e do diagnóstico de *presentismo* do historiador François Hartog.

Em 2003, François Hartog apresentou uma síntese desses dois conceitos em obra posteriormente traduzida para o português e publicada no Brasil como *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo* (2013). Pode-se conceber a categoria de *regimes de historicidade* na forma como as sociedades tratam de seu passado, um modo plenamente histórico e localizado, e que permite a construção de uma imagem de como as culturas engendram as suas dimensões temporais. Nessa hipótese de

reflexão acerca do tempo histórico, os episódios de evolução das crises seriam os momentos próprios para a apreensão dessas espessuras. Esse investimento em recortar as múltiplas temporalidades que sustentam as atitudes sociais em relação à história têm uma íntima relação com os desdobramentos da antropologia no século XX. Nomeadamente, as figuras intelectuais de Claude Lévi-Strauss e Marshall Sahlins foram preponderantes na consecução da tese dos *regimes de historicidade*.

Desse modo de aprender a relação das sociedades com o seu passado, o *presentismo* insurgiria como uma nova ordem do tempo, fruto de uma crise e do esgotamento das utopias que ordenavam a relação entre passado e futuro, o qual era visto como uma ameaça. Possivelmente, o lugar do sintoma seria o mundo do pós-guerra, de onde se estabeleceu uma relação problemática entre a identidade e a memória, *patrimonializada* no presente. Rompendo de vez com o reconhecimento do passado como experiência, recorreu-se à afetividade da memória para se fixar o passado frente a um presente frágil e sem futuro. As tentativas de se reconciliar com o passado, por intermédio da *monumentalização* dos patrimônios materiais e imateriais, sugeriram o esgarçamento do presente sobre o passado. Coube aos historiadores a restituição das espessuras do *agora* em direção à história para enfrentar efetivamente essa premente crise de legitimidade do discurso em relação ao passado.

Em tempos de enfrentamento de discursos beligerantes em direção ao exercício da pesquisa e do ensino não somente da história e das humanidades, mas de todo o sistema universitário, o conceito de *regimes de historicidade*, prestes a completar 20 anos, permanece como um esteio para reflexões em torno do objeto da historicidade das relações sociais com o passado, o presente e o futuro. Inegavelmente, as teses desenvolvidas por François Hartog foram bem recebidas na historiografia brasileira, desde a publicação original em 2003. Dessa maneira, sua obra veio a ser apropriada pelos historiadores

dos campos do tempo presente e pelos estudiosos das teorias e metodologias da história e da historiografia. Sem dúvidas, é um texto recorrente nas bibliografias sugeridas em ementas de disciplinas, nos processos de acesso aos programas de pós-graduação e nos editais de concurso para a docência superior do país.

Tendo em vista as várias traduções e as apropriações dessa obra no ambiente acadêmico brasileiro, muito se tem escrito a respeito das questões que envolvem *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo* (2013). Exemplarmente, Fernando Nicolazzi (2010) procurou situar a recepção da obra no interior das especificidades da cultura histórica brasileira. Para ele, o intelectual francês antecipou um caloroso debate atual acerca da intervenção da história no espaço público e, além do mais, acabou por evidenciar a pertinência dos temas da politização da memória e da possibilidade do esvaziamento da função do historiador diante da demanda das urgências de um mundo social em conflito com o seu tempo (NICOLAZZI 2010).

Estudiosa das relações entre a antropologia estrutural e a escrita de história, Francine Iegelski (2016) reconheceu o impacto de uma sensibilidade europeia na maturação da tese dos regimes de historicidade, levantando a hipótese de que o pronunciado pessimismo do *regime presentista* tenha emergido do exercício de leitura dos textos de François Furet diante da Queda do Muro de Berlim, fruto das experiências subjetivas de um autor também leitor. Para ela, o contexto de reconfiguração política da Europa, inequivocamente, pressionou as ciências humanas. Isso posto, Francine Iegelski considerou necessário ampliar o entendimento do diagnóstico pessimista do *presentismo*, partindo da articulação do modo de regimes da historicidade em seu débito com a antropologia histórica de Claude Lévi-Strauss, principalmente no que tange à percepção dos esforços das sociedades quentes em resfriar a história (IEGELSKI 2016).

Tendo em vista as críticas relativas à ausência de estudos de caso exemplares no texto de *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo* (2013), para Francine Iegelski (2016), sublinhar o diálogo de François Hartog com a antropologia estruturalista poderia reconhecer a potência política do conceito de regimes de historicidade e dos diagnósticos do *presentismo*, além de suprir as possíveis fragilidades de uma obra de qualidades generalizantes. Em um esforço de ampliação conceitual, a pesquisadora promoveu a transferência das potências da categoria de *regimes de historicidade* por meio da comparação com outros lugares de experiência sensível. Comparando a literatura de ficção, em obras de Milton Hatoum e Raduan Nassar, com os escritos de analistas sociais da redemocratização, tais como as reflexões de Florestan Fernandes (2014) acerca da Constituinte, a autora iluminou as diferenças de percepção do tempo histórico na cena pública brasileira.

Anunciando a constância das críticas de formas específicas de historicidade, ligadas ao tema de uma crise do tempo, inevitavelmente, ao menos para os leitores, François Hartog convergiu com algumas das hipóteses levantadas também por Reinhart Koselleck em *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006). Admite-se que ambos são historiadores amplamente apropriados na produção historiográfica brasileira. Ainda que guardem consubstanciais traços distintivos, não é difícil perceber os cruzamentos das categorias de *regimes de historicidade* de François Hartog e da *semântica dos tempos históricos* de Reinhart Koselleck.

Essa aproximação talvez não seja uma peculiaridade da academia brasileira, mas o retrato de um mundo de crise em relação ao passado, presente e futuro. Em *Crítica e crise: uma contribuição à patogeneza do mundo burguês* (1999), fruto de sua tese de doutoramento defendida na década de 1950, Reinhart Koselleck compreendeu a emergência de uma teoria da história do estado moderno como fruto de uma dialética

entre a crítica das “luzes” e o mundo em ruínas do absolutismo. Não menos importante foi a percepção de que ocidente havia entrado em uma crise infundável:

De um ponto de vista histórico, a atual crise mundial resulta da história europeia. A história europeia expandiu-se em história mundial e cumpriu-se nela ao fazer com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente (KOSELLECK 1999, p. 9).

Sempre houve atenção ao privilégio que Reinhart Koselleck deu à Revolução Francesa para compreender a dissolução do *topos* da história *magistra vitae*, que ensejou novas atitudes em relação ao passado, muito em função das filosofias da história. Observa-se, porém, que as raízes do advento da modernidade são mais profundas, engendradas, possivelmente, na crítica *hobbesiana* que preparou a transformação dos estados modernos. Como é patente na citação anterior, talvez, este mundo ainda esteja imerso nessa irresolução e *in-decisão*, de certa forma, em sintonia com a melancolia de um intelectual como François Hartog, profundamente inserido no contexto das bruscas rupturas políticas da Europa do final do século XX. Neste mundo contemporâneo que enfrenta uma nova ordem de forças, é difícil se contrapor à ideia da aceleração das percepções, das indefinições do tempo, no qual o presente se arrasta para além de seus limites, cristalizando um passado que se esvazia de sentido e é lançado ao futuro das incertezas.

Dentro deste campo de hipóteses alargado pelas contribuições de François Hartog e Reinhart Koselleck, há também estudiosos que se ocuparam em avaliar os limites do diagnóstico do *presentismo*. Rodrigo Turin (2016) sugeriu que, sendo uma constatação inclinada a pretensões universalistas, a qual se absteve do exame detalhado de casos pontuais, abriu-se com certa facilidade à possibilidade do escrutínio. De acordo com esse pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com o exame do *presentismo*, entraram

em cena a análise do *cronótopo* de um presente lento, de Hans Ulrich Gumbrecht (2015), e a noção de *atualismo*, de Valdei Araujo e Mateus Pereira (TURIN 2019c).

Traduzindo o *updatism* para a paisagem intelectual brasileira, Mateus Pereira e Valdei Araujo pensaram o *atualismo* como uma forma possível de o presente se temporalizar no contemporâneo. Os pesquisadores investigaram a ocorrência desse conceito na cultura escrita, percebendo um movimento de aceleração do seu uso no Brasil a partir da década de 1960. A fortuna da proposta dessa publicação foi a tomada dos *três existenciais* da ontologia heideggeriana como pressupostos para pensar o *atualismo*, a fim de repensar os sintomas de um presente se ampliando como um *único possível*.

Debatendo as teses do *presentismo* e dos *regimes de historicidade*, a leitura dos fenômenos digitais de Mateus Pereira e Valdei Araujo considerou a historicidade das configurações em que o presente, o passado e o futuro se articulariam. Mas progredindo da tese do *presentismo*, colocaram-se a pensar o *agora* como uma forma *inautêntica-imprópria* da espera, submersa em um futuro e em um passado que esgotam a si mesmos. A angústia da expectativa por *up-date* do universo digital – de plataformas como *Facebook, Instagram, Twitter* – seria o território de um mundo de *indecisão*, onde a clausura do *atual* impediria a plena realização do futuro:

A descrição de Hartog do presentismo como um tempo desorientado também não condiz com nossa descrição do atualismo como um tempo em que as pessoas parecem também confiar em uma organização automática da realidade. Assim, nossa situação não emerge simplesmente de um tempo desorientado, sem telos, mas de uma sociedade em que as pessoas sentem não precisar ter de se preocupar com esse tipo de orientação, que a atualização do presente estaria de algum modo garantida, ou fora do alcance de suas agências. (PEREIRA; ARAUJO 2019, posição 1344).

Mateus Pereira e Valdei Araujo tomaram a constante atualização dos aplicativos que invadem nossas vidas como uma metáfora da temporalização acelerada, e talvez ansiosa, de uma expectativa que nunca se realiza plenamente. Trata-se de uma obra que se originou em um artigo publicado em 2017, na *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, com o título *Reconfigurações do tempo histórico*, encaminhando um novo espaço crítico da escrita de história: o das relações entre a virtualidade e a *digitalidade*. O lugar da temporalidade de acúmulo dos rastros nas pesadas nuvens de nosso contemporâneo.

História, digital e as novas demandas do não tão admirável mundo novo

Atualmente, as tecnologias digitais são, com grande probabilidade, as mediadoras de várias atividades no interior das universidades e centros de pesquisa. Desde a comunicação por uma simples troca de *e-mails* às ferramentas de colaboração entre pesquisadores, *crowdsourcing*, passando pela digitalização de acervos e a publicação de *e-books* e editoração de revistas, chega-se também ao ambiente de ensino *on-line*. Mesmo que seja recente o ingresso dos *nativos digitais* no ensino superior e as contradições da distribuição desigual dos aparelhos informáticos, discentes e docentes nascidos antes de 1996 já estão familiarizados com as telas e as redes. Nesses níveis, a incorporação das tecnologias talvez tenha se dado de modo a romper as barreiras do sensível.

Contudo, nesses termos, a "história" é longa. Ainda nos fins da década de 1960, o historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1968) professava que os historiadores do amanhã deveriam ser programadores. Já em *Conversar com Orion* (2007), Carlo Ginzburg refletiu a respeito das *hiperconexões* e sua relação com a pesquisa, que se orientaria por uma mediação entre o *emic* e o *etic*, respectivamente, os contextos dos objetos de pesquisa e os ambientes dos metadados dos pesquisadores, abrindo-se ao acaso de uma

ampla base de dados. Assim, pode-se conceber a mudança em nossas práticas de leitura na era dos textos digitais (CHARTIER 2010). Com o passar dos anos, há uma nova constelação de problemas para a escrita de história. O desenvolvimento disciplinar da história digital, o qual integra um campo ainda mais amplo das humanidades digitais (NOIRET 2015), tem implicações em todas as dimensões daquilo que Michel de Certeau (2008) denominava como a *operação historiográfica*.

Em uma recente iniciativa, Thiago Lima Nicodemo e Oldimar Cardoso (2019) ponderaram a respeito do processo de criação de um algoritmo capaz de sistematizar as informações de documentos digitalizados por um *scanner* óptico. Este estudo transdisciplinar, de um pesquisador da área de história e de um desenvolvedor e detentor da patente do algoritmo, testou a capacidade de uma *máquina* ler os exemplares da revista *The Public Historian* entre os anos de 1978 e 2017. O computador e seu instrumento ótico conseguiram explorar as redes semânticas dos textos que compunham os volumes do periódico por meio da criação de um código. O desenvolvimento, ainda inconcluso, previa possibilidades para além do exercício de leitura: a capacidade de síntese e escrita. O que deixa um inevitável questionamento: poderia a historiografia feita pelas mãos dos homens estar próxima da substituição por máquinas capazes de operações sintéticas e narrativas? Os historiadores deveriam ser programadores?

Publicado em 2019, na *Revista História da Historiografia*, esse resultado de pesquisa indagou a respeito da possibilidade de uma reconceitualização do arquivo a partir dos novos acontecimentos sociais (NICODEMO; CARDOSO 2019, p. 23). Essa meta-história das dimensões digitais e éticas do arquivo responde a um aspecto ainda carente de reflexão na situação brasileira, tendo em vista o caso do Projeto de Lei n. 146, de 22 de março 2007, que *dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica*. Não restrita à disciplina de história, trata-se de pensar essa

nova possibilidade de arquivamento em sua materialidade e nos termos de uma biopolítica ao modo de Michel Foucault (1998) e Giorgio Agamben (1998a; 1998b):

Então os arquivos a serem processados podem ser vistos nos dois sentidos já mencionados: como armazenamento e como poder de consignação, um conjunto de regras e protocolos sociais que se fundem em um sistema de signos e significados. (NICODEMO; CARDOSO 2019, p. 23, tradução nossa).

De certa forma, essa proposição, que interroga os fundamentos de um estudo empírico, alarga as possibilidades de reflexão da escrita de história e do mundo digital. Campo que já se encontra em pleno desenvolvimento, a exemplo das reflexões de Anita Lucchesi, doutoranda brasileira na Universidade de Luxemburgo, que tem se preocupado, desde sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014), com as relações entre a historiografia e as humanidades digitais. Lembrando dos estudos também recentes de Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) e dos trabalhos editados nas famosas coletâneas *Domínios da História* e *Novos Domínios da História*, com textos a respeito das questões da informática na história, escritos respectivamente por Luciano Figueiredo (1997) e Célia Cristina da Silva Tavares (2012).

Para além de uma *hermenêutica* e *heurística* da digitalização dos arquivos, das bibliotecas e das bases de dados, das práticas disciplinares, podem-se somar mais duas dimensões importantes para a relações entre historiografia e *digitalidade* no contemporâneo: a dimensão dos *governos algorítmicos*, na qual o solucionismo das redes e da informática (MOROZOV 2018) intensifica as formas de controle produtivo do universo acadêmico e os desafios das demandas sociais dos historiadores frente aos discursos em relação ao passado nas plataformas digitais (*YouTube, Facebook, Twitter, Wikipedia, Blogs, etc.*).

São problemas que se cruzam às perspectivas anteriores e ampliam ainda mais os debates em torno de uma crise da história

em nosso mundo contemporâneo. A primeira delas envolve a possibilidade do aprofundamento do estado de submissão da vida acadêmica às métricas de produtividade implementadas por plataformas de gestão como *Lattes* e *Sucupira*, e o sistema *Qualis* da *CAPES* e do *CNPq*, além das iniciativas estrangeiras como o *Orcid*, *ISI* e *JCR*, os dois últimos índices já em mãos de empresas privadas.

Os modelos de avaliação cego por pares, *blinded peer review*, e a classificação de revistas por medição de fator de impacto, *journal impact factor*, funcionariam como meios transparentes para conferir autoridade científica, mas acabam por saturar um sistema não tão objetivo quanto se pretende ser. Mesmo que não reflita a respeito das propriedades governativas dos algoritmos desses dados armazenados em *data centers* no Brasil e no mundo, Lidiane Soares Rodrigues tensionou as práticas concorrenciais, a disciplinarização e a *interdisciplinaridade* como estruturantes dos enquadramentos científicos (RODRIGUES 2019, p. 77), por meio da análise dos pareceres negativos em resposta a um artigo de sua autoria submetido para a apreciação de um periódico da área de história. Próximo a esse campo de reflexões, Rafael Faraco Benthien (2019) esmiuçou as lógicas obtusas dos processos quantitativos e qualitativos que regem os sistemas de classificações dos periódicos.

Rodrigo Turin tem avançado para a hipótese de uma intrusão neoliberal autogestada no interior da academia brasileira. Tanto no artigo *Presentismo, neoliberalismo e os fins da história* (TURIN 2019a), como no livro *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal* (TURIN 2019b), ele se debruçou em problemas que antes abrangeram as provocações de Chris Shore (2008) e Chris Lorenz (2012). Nesse sentido, o autor se aproximou de algumas reflexões desenvolvidas recentemente por Wendy Brown a respeito do neoliberalismo. Desde a noção de *cidadania sacrificial* (2018), a pesquisadora estadunidense tem contribuído para o entendimento do fenômeno neoliberal para além do universo econômico. Nessa intrusão das métricas e valores da lógica governativa

de mercado, o objetivo da universidade se transformou da formação de agentes da vida pública em criação de *capital humano* (BROWN 2015, p. 176-177).

Configurando-se, ao modo de Michel Foucault (2008), em uma maneira de racionalizar do mundo, pode-se, talvez, considerar a hipótese de que essa cultura de métricas – aditivada pela possibilidade do *big data* e da *governamentalidade algorítmica* ou da ampla “virada digital” (NOIRET 2015) – seja entendida como esteio da aceleração da crise de legitimidade do discurso historiográfico na cena pública. Os efeitos nefastos da produtividade ganham corpo no aforisma do *publish or perish* (publique ou padeça) ou como Rafael Faraco Benthien chamou a atenção:

Nunca fomos tantos historiadores, com pesquisas de ponta em inúmeros ramos da disciplina. E, ainda assim, nunca estivemos tão isolados. O primeiro passo para reagirmos talvez passe pelo reconhecimento de que temos trabalhado arduamente por esse isolamento (BENTHIEN 2019, p. 146).

Para refletir a respeito das questões da escrita de história na ampla “cultura digital”, faz-se necessário arguir a respeito das dimensões sociais, econômicas e políticas das tecnologias, optando pelo uso das categorias de *sociotécnica* ou de *tecnopolítica*. Pode-se, assim, aprofundar-se na dispersão da autoridade do discurso acadêmico num circuito de comunicação cada vez mais intrincado e complexo. Dentro desse movimento paradoxal do aprofundamento da especialização em vários substratos da disciplina histórica, tem-se a dissolução das funções do historiador, transformando-o em artífice de manuais digitais, captador de videoaulas e apresentador de videoconferências carregadas em diversas plataformas digitais. Nessa profunda transformação da divisão de trabalho, os educadores se tornam editores de conteúdo, *videomakers* e tecnólogos da informação.

Carlos Alvarez Maia (2018) optou por pensar a partir de uma “crise dos historiadores” muito mais que uma “crise *da* e *na* história”. E, caso seja um exagero insistir no postulado

da crise, pode-se falar ao menos de uma reorganização de princípios ou ainda nas diferenças entre a função social do historiador e a função social da história, como chamaram a atenção Caroline Silveira Bauer e Fernando Nicolazzi no artigo *O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea* (2016).

Nesse sentido, as mídias digitais amplificam vários problemas perenes em relação às funções da historiografia no tempo presente. Da mesma forma que a rádio e teledifusão, plataformas como *YouTube, Facebook, Twitter, Wikipedia* se configuram como espaços para divulgação científica, mas, ao mesmo tempo, apresentam-se como lugares onde as fundações das práticas disciplinares são desafiadas por inúmeros atores.

As desventuras de intervir no mundo prático

Em dias atuais, deve-se levar em conta os ataques direcionados à história, às humanidades e outros campos de conhecimento. Muitas dessas hostilidades se relacionam ao questionamento das funções disciplinares nos diversos contextos escolares. Em tempos da míngua e das inseguranças advindas de políticas neoliberais, justificar os rendimentos de pesquisadores e professores da grande área das humanidades é uma tarefa cada vez mais hercúlea. Assim, não é difícil constatar que as estruturas que asseguram as funções sociais dos historiadores estejam cada vez mais fragilizadas.

Subsiste um paradoxo. Enquanto insurgem movimentos organizados para enfrentar e aniquilar a crítica das ciências humanas nas formações iniciais e médias vistas como “politizadas”¹, amplia-se a demanda da participação de profissionais de história e das humanidades para responder aos impasses do mundo em esferas diversas à dimensão educacional. A partir desse problema, em *Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear*, Fernando Nicolazzi (2018) apontou para a necessidade

¹ Pode-se fazer menção a um movimento como o *Escola Sem Partido*, que procurou dar suporte ao Projeto de Lei n. 867, de 2015.

de articulação entre a clássica pergunta da *função social do historiador* com uma nova, versando a respeito da *demanda social do historiador*:

Dito de outro modo, isso significa considerar que as duas perguntas sobre o que historiadores têm para oferecer para a sociedade e sobre o que a sociedade produz de expectativa em relação a eles andam juntas, mesmo que nem sempre sejam coincidentes. (NICOLAZZI 2018, p. 28).

O artigo ocupou-se em tensionar as estratégias retóricas de um historiador conhecido por sua intensa presença em veículos midiáticos. As formas de atuação do professor e palestrante Leandro Karnal, ora ministrante de uma aula inaugural em um programa de pós-graduação, ora apresentador de uma palestra para uma plateia corporativa, permitiram Fernando Nicolazzi considerar os dilemas da inserção de um historiador em um campo exterior à universidade. As duas formas de discursar do docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, transmutado a *coach* motivacional de uma grande empresa de cosméticos, levantam a necessidade de avançar para além das funções do historiador em sociedade, deslocando-se também para reflexões a respeito de quais seriam as expectativas sociais para os profissionais da história.

O fenômeno do digital está ampliando as tarefas do historiador, principalmente nas incertezas de uma pandemia sem precedentes e na iminência da completa transformação da educação sob a vontade de alguns grandes empreendedores. Exemplo disso é o que se deu em uma audiência pública do governador do estado de Nova Iorque Andrew Cuomo, na qual o magnata da *Google LLC* Eric Schmidt declarou o seguinte: “Se quisermos construir um futuro sistema econômico e educacional baseado em *teletudo*, precisamos de uma população totalmente conectada e de uma infraestrutura ultrarrápida” (SCHMIDT *apud* KLEIN 2020, sem página, tradução nossa). Determinados campos, para além da esfera estatal, estão

submetendo os bacharéis e licenciados a novas demandas, além das já conhecidas áreas da memória corporativa e dos arquivos empresariais, fissurando os limites entre aquilo que Hayden White definia como o *passado disciplinar* e o *passado prático* (WHITE 2014).

Rodrigo Turin (2018) observou a urgência da tensão entre a disciplina acadêmica e sua dimensão prática como sintomática a partir de duas questões de nossa cena pública: os debates em torno da *BNCC (Base Nacional Curricular Comum)* e da regulamentação da profissão de historiador. Para tal, o autor examinou e teceu considerações acerca do posicionamento da *ANPUH (Associação Nacional de História)*, instituição que promoveu fóruns e dossiês, chegando a se posicionar em relação à tramitação da *BNCC*. Em certa medida, tal posicionamento esteve presente em muitos momentos da fala do professor e pesquisador Rodrigo de Patto, durante a *Conferência de Abertura do XVIII Congresso da ANPUH*, realizado em 2015 na cidade de Florianópolis, publicada como texto na *Revista História da Historiografia*, em 2017. Tais formações discursivas foram sintomáticas da tomada de uma posição cercada de polêmicas pela insistência na distinção disciplinar entre o historiador profissional e o amador (TURIN 2018, p. 110).

De acordo com o filósofo da ciência Thomas Kuhn, a “ciência normal” era capaz de identificar as crises, contudo, encontraria dificuldades em ofertar críticas que possibilitassem soluções dentro de seus limites (KUHN 2013, p. 140-141). Em contrapartida, um novo paradigma emergiria da pretensão de resolver as crises que levaram o velho paradigma à derrocada (KUHN 2013, p. 140-141). Porém, Kuhn embaralhava ainda mais o quebra-cabeças, chamando atenção para a invisibilidade das revoluções científicas e da clausura dos paradigmas. Tal revés supõe, em si, um problema de ordem epistemológica: a história fechada em seu caráter disciplinar daria conta de perceber e superar os dilemas contingentes de um mundo cada vez mais complexo?

Talvez o momento crítico, que se apresenta como um sintoma, indique a materialidade de um protecionismo disciplinar acompanhado de um tabu, como sustentam os historiadores europeus Berber Bevernage e Chris Lorenz em *Breaking up Time: Negotiating the Borders Between Present, Past and Future* (2013). Para eles, no caso da escrita de história, o fechamento das fronteiras entre o passado, o presente e o futuro poderia rarefazer as qualidades performativas e políticas do tempo histórico. Não há como negar que neste regime *presentista* – ou do *atualismo histórico*, ou de um tempo que ainda não tem uma concepção concreta no contemporâneo – a pressão da cena pública diante das urgências do político se reafirma no questionamento da utilidade de compreensão do passado. Uma nova interpelação, distinta àquela feita por Nietzsche aos finais do século XIX.

Em um momento em que as fronteiras entre o *passado disciplinar* e o *passado prático* se tornam opacas e imprecisas, entra em cena a ideia de *indisciplinarização* das próprias disciplinas históricas. Tendo como lugar embrionário o *Encontro de História (In)Disciplinada*, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no livro *A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico* (2019), ressalta-se o caráter combativo e politizado da proposta de indisciplinar a maneira de se escrever a história. Os organizadores – Arthur Lima de Avila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin – compartilharam o espaço de reflexão com os já mencionados textos de Lidiane Soares Rodrigues e Rafael Faraco Benthien, e também com escritos de Maria da Glória de Oliveira, Mara Cristina de Matos Rodrigues e Valdei Araujo. Trata-se de uma proposta conjunta de pesquisadores inseridos em suas comunidades científicas e conscientes das pressões nas formas disciplinares estabelecidas.

Ou seja, a crise dos processos democráticos, das noções de representação, das relações entre o homem econômico e o homem político, da inserção do homem em um meio ambiente à beira do esgotamento está muito além da simples erosão de

um horizonte disciplinar. Pode-se recordar que os profissionais de história são sempre convidados a suturar o presente ao passado, para, assim, ofertar alguma perspectiva de futuro. Desse modo, a reflexão teórica vai ao encontro dessa demanda social de se falar habitando as urgências do tempo presente. Assim, faz-se imperativo interrogar o instantâneo como uma categoria histórica, considerando o tempo em suas diversas superfícies. O agir na contemporaneidade demanda ciência do avanço em um campo de tensões e incertezas, o qual, comumente, denomina-se como crise.

A crise como uma regra: economia e política do tempo na história

Em um contexto de reformas estruturais da educação, com a BNCC, e no recrudescimento de uma pandemia, inviabilizando as modalidades de ensino presencial, asseverado por um clima de instabilidade de um governo que nega um passado do qual ele se faz como continuidade fantasmática, dificilmente se encontra algum estudante, professor ou pesquisador que não reconheça em alguma medida a concretude de um cenário crítico. A objeção de Carlos Alvarez Maia em relação ao termo “crise da história”, deslocando-se para uma noção de “crise dos historiadores”, dá-se em vista da capacidade adaptativa da disciplina em historiar as aventuras humanas:

A disciplina sofre transformações ao longo da temporalidade e o rumo do seu devir não está condicionado a uma dada direção *a priori*. Não há por que falar em crise se o destino e o ritmo de adaptação disciplinar persiste em sua meta de evidenciar a aventura da sociedade humana, esta, sim, em contínua mudança processual. (MAIA 2018, p. 51).

Em conjunto com *Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear*, de Fernando Nicolazzi, o artigo de Carlos Alvarez Maia compõe o dossiê temático *Crise na e da História: desafio à escrita e à reflexão*

crítica, publicado no início de 2018 pela *Revista Maracanan*, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. No texto de apresentação desse volume, os organizadores convidaram os leitores a compreenderem o contexto de emergência que originou a publicação desse compêndio. Nele, chamava-se atenção para o delicado momento pelo qual aquela universidade passava, o flagelo daquela instituição:

ganha então um sentido de metonímia, ou de um exemplo mais extremo dos dilemas atuais da universidade pública no Brasil. A crise da universidade pública, por sua vez, se articula com um cenário de crise nas ciências humanas. (VIEIRA; FELIPPE; NICODEMO 2018, p. 7).

As angústias que permanecem atuais a respeito das crises *da* e *na* história auxiliam na compreensão do renascimento de problemas candentes às escritas de história. Em 2017, ainda na *Revista Maracanan*, uma publicação conjunta de Francisco Gouvêa de Sousa, Géssica Guimarães e Thiago Lima Nicodemo, intitulada *Uma lágrima sobre a cicatriz: O desmonte da Universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJResiste)*, propôs uma forte retomada do conceito de ideologia para trespassar a naturalização dos dispositivos de imposição de interesses de uma classe minoritária (SOUSA; GUIMARÃES; NICODEMO 2017, p. 80-82). Fundamentados por uma perspectiva *bakhtiniana*, os autores procuraram observar as evidências da escrita da história como fontes de reflexão, perfazendo uma historiografia da historicidade (SOUSA; GUIMARÃES; NICODEMO 2017, p. 74). Partiram, assim, do pressuposto de que somente o engajamento politizado no presente pode ofertar possíveis respostas (SOUSA; GUIMARÃES; NICODEMO 2017, p. 86). Para os pesquisadores, a atividade de pensar a formação do discurso em dialogia com as operações ideológicas poderia abrir as possibilidades de *autorreflexão* diante do desmonte das universidades e o necessário enfrentamento desse fenômeno.

Chamar o tema da Crise *na* e *da* História explicitou dilemas prementes que estão sempre a ocupar os horizontes das escritas de história, principalmente em um contemporâneo inconcluso. Thomas Kuhn observava que os *textbooks* confirmavam a existência de um campo de reflexão na academia e os indícios dos objetos que estruturam a ciência (KUHN 1977). Tal sintoma candente se revela nas obras conjuntas, nas revistas e na organização de livros, pois se tratam de lugares das expressões comunitárias em torno dos objetos científicos. Assim, os dossiês temáticos dos inúmeros periódicos são norteadores das discussões das matrizes disciplinares das várias áreas de conhecimento.

Como demonstrou Rodrigo Turin, não se pode considerar esse “voltar-se a si” disciplinar como uma novidade, tendo em vista que, desde a década de 1980,

a pesquisa sobre as formas de representação do passado e, mais especificamente, sobre a disciplina histórica, caminhava paralelamente a um questionamento constante em relação aos constrangimentos e às possibilidades legadas por essa mesma tradição disciplinar na qual se inseria. (TURIN 2013, p. 79).

Não somente a historiografia brasileira está ao passo das reflexões globais acerca da disciplina, como dela está a emergir um novo conjunto crítico de reflexões em torno das novas pressões do contemporâneo *da* e *na* história. Essa retomada de consciência a respeito dos problemas amplos, para além do horizonte disciplinar, implica não somente a problematização das práticas já consolidadas, mas a forma de os historiadores partilharem de um mundo e agirem para sua transformação.

No volume da *Revista Maracanan* dedicado às crises *da* e *na* história, o artigo *Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira* (2018), de Daniel Pinha Silva, entrevistou no tema dos “recentes” acontecimentos de junho de 2013. Adentrando um imbróglio amplamente

explorado pelos campos da sociologia, antropologia, história e da comunicação social, o pesquisador historiou as origens dos protestos em torno do sistema de transporte público da cidade de São Paulo até a transformação das mobilizações em uma miríade de bandeiras e reivindicações. Fenômeno que se espalhou por várias cidades do país, apresentando-se como um tema urgente para a história do tempo presente em virtude de seus controversos desdobramentos. Pode-se considerar que a escrita desse artigo é uma forma de intervir em uma cisma da cena política brasileira. Em termos metodológicos, Daniel Pinha Silva compreendeu os eventos de 2013 como uma “abertura da crise da democracia representativa”, inspiração que buscou respaldo nas teses de Reinhart Koselleck. O autor aproximou-se também das considerações de Eric J. Hobsbawm acerca das qualidades cíclicas das crises como elemento aglutinador dos diversos processos inerentes ao capital. No esteio desta percepção, insurge paulatinamente a noção da permanência da instabilidade, arrastando-se ao menos desde meados da década de 1970, percepção que antecipa, em muito, o final da URSS e a queda do Muro de Berlim.

Pensar na crise como uma regra do sistema capitalista amplia as questões do materialismo histórico, como demonstrou Maurílio Lima Botelho em *Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo*, no qual aponta:

o encadeamento sistemático de crises de todos os tipos, com catalisadores que surgem em mercados específicos (imóveis, ações, títulos soberanos, *commodities*), mas cuja apreensão integrada permite enxergar um panorama inédito de instabilidade duradoura e progressiva. Esses sucessivos rompimentos críticos não podem ser reduzidos a choques isolados, meros eventos submetidos a lógicas locais. (BOTELHO 2018, p. 160).

O argumento de Maurílio Lima Botelho se desenvolve a partir de cinco crises: do trabalho, do valor, do dinheiro, do capital global e do Estado. Para ele, essas dimensões de um contemporâneo crítico atestam a ruína da produtividade

estruturada no valor e, ao invés de episódios isolados, constituem em um “longo declínio histórico” (BOTELHO 2018, p. 161). Para além das referências do autor, essa perspectiva processual e extensiva da decadência se encontra em teses como a do adiamento da crise do capitalismo democrático pela *compra do tempo*, de Wolfgang Streeck (2018); e da excepcionalidade da social democracia do pós-guerra, em declínio desde início da década de 1970, como propõe Thomas Piketty (2014).

Deve-se considerar em que medida estas dimensões indicadas por Maurílio Lima Botelho implicam no ofício de historiador. Quando se reflete a respeito de uma crise do trabalho, os pilares educacionais também devem ser analisados. Aliada ao processo de mudança das bases curriculares e da profunda redução dos fomentos de pesquisa, coexiste a hipótese das transformações tecnológicas da Terceira e Quarta Revolução Industrial terem um “efeito destrutivo na economia diante do qual não se pode contar com a compensação de empregos” (BOTELHO 2018, p. 164). A intensificação do ensino remoto e a distância e a possibilidade da redução da oferta de trabalho, por meio das capacidades de multiplicadoras de *valor trabalho* das tecnologias, desestabilizaram as já frágeis seguridades sociais dos discentes e docentes das humanidades. Questões ainda mais candentes na anomalia de tempos pandêmicos.

Em *Crise do capital e crise da gestão estatal: a socialdemocracia e o Brasil Potência* (2018), Ana Elisa Cruz Corrêa percebeu que a tarefa de gestão do Estado se conformou na gestão de crise. Nesse sentido, as “esquerdas do possível”, considerando os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016), tornaram-se gestoras de uma crise intempestiva no mundo da globalização da transferência de capitais (CORRÊA 2018, p. 220):

Compreende-se assim o papel do Estado como gestor da crise do capital na realidade brasileira ao longo dos anos 2000, após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003. Lembramos que as décadas de 1980 e 1990 expressaram

o fim da onda desenvolvimentista das décadas anteriores, mergulhadas em um processo de galopante crise social e econômica. (CORRÊA 2018, p. 233).

Amparada pelos instrumentos analíticos do materialismo histórico, a pesquisadora tensionou tabus recentes da política brasileira, inserindo-os em um longo processo de continuidade. Dessa maneira, ela se aproximou das considerações de Maurilio Lima Botelho (2018) a respeito da ficcionalização da economia:

Nesse sentido, os mecanismos de financeirização, e mesmo da ficcionalização do valor expressa na rolagem de dívidas, passam a compor a produção de tal forma de que o valor só se materializa na medida em que adentra ao jogo dos mercados de papéis. Essa não seria uma forma “perversa” do capital, mas sim a forma do capital em si na sociedade capitalista contemporânea. (CORRÊA 2018, p. 231).

Este investimento renovado do materialismo, que aponta para a profundidade histórica das contrações do capital, permite iluminar o candor do enfrentamento da imagem da crise no contemporâneo. A esse debate crítico acerca da economia e política, proposto por Maurilio Lima Botelho e Ana Elisa Cruz Corrêa, podem-se somar as reflexões presentes em *Um museu de grandes novidades: capital fictício, fundo público e a economia política da catástrofe*, de autoria de Javier Blank (2018).

De forma semelhante às reflexões anteriores, Javier Blank aponta que o entendimento das contradições do movimento de financeirização, das trocas de moedas e papéis, que superam em muito o PIB mundial, só é possível partindo do princípio da *ficcionalização da riqueza*:

Uma das novidades produzidas nesse movimento de desenvolvimento e contradição é que a ficcionalização da riqueza, para além de um mecanismo que contribui à

redistribuição (ou pilhagem, rapina) da riqueza social previamente produzida, tornou-se no capitalismo contemporâneo um mecanismo fundamental da *produção* de riqueza capitalista. (BLANK 2018, p. 183).

Deste conjunto, extrai-se a percepção de um contemporâneo em que a gestão dos valores se torna um dispositivo mimético, mas, acima de tudo, autodestrutivo e catastrófico. Com isso, talvez, restaure-se a necessidade de revisitar as teorias da ficção e narratividade e suas relações com os campos da crítica da economia política. A partir delas, poderia ser levantada a possibilidade de a circunscrição entre o que viria a ser o mundo ficcional e o “dito” mundo real ser uma arbitrariedade. Não obstante, a crítica econômica e política da monetarização ficcional do valor permite algumas novas questões ao tempo histórico:

A predominância da produção desse tipo de riqueza abstrata deve nos ajudar a compreender uma novidade fundamental da nossa época, uma nova maneira sistêmica de se estabelecer o vínculo entre o presente e o futuro. Acontece que as expectativas de futuro se tornam fundamentais como base desse tipo de riqueza. Ainda que o futuro possa parecer o novo ponto de referência da acumulação, a rigor parece ser melhor afirmar que a referência dessa acumulação de capital continua sendo o presente (BLANK 2018, p. 187-188).

Também é possível colocar em perspectiva a predileção do capital como um gestor de crises e catástrofes. Como exemplo, a dissolução das classes trabalhadoras pela *uberização* ou precarização do trabalho. Fenômeno não mais exclusivo de setores ligados à indústria e à prestação de serviços, pressionando também os índices de empregabilidade nos vários níveis de docência e pesquisa das instituições de ensino no Brasil.

Esses três últimos escritos, publicados em um periódico da área de história, são de autoria de “não historiadores” advindos de diversas áreas de conhecimento, ou seja, o horizonte

da crítica em relação ao tempo e à história é pertinente para além das fronteiras disciplinares. Talvez isso seja mais um saudável indício da necessidade pronunciada de uma verdadeira abertura disciplinar, a qual possa interrogar com pujança as hipóteses de uma crise histórica no passar do século XXI.

Conclusões: decidir-se criticamente diante das hipóteses de crise

Mesmo percebendo um presente assoreando todas as dimensões do tempo, Eric Hobsbawm tranquilizava os alarmistas e céticos, prevendo a persistência – quase contingente – da história para a compreensão dos homens no mundo (HOBBSAWM 1998, p. 69). É apenas uma das várias respostas do historiador britânico em relação àqueles que, em decorrência da acelerada reconfiguração geopolítica do início da década de 1990, conclamavam a derrocada da história, outrossim, o colapso dos horizontes de futuro.

De igual modo, ao invés de depreciar as controversas teses contidas em *The end of history and the last man* (1992), de Francis Fukuyama, Perry Anderson (1992) considerou seriamente a tese do fim da história, inserindo o antigo assessor dos governos de Reagan e Thatcher, afastado do Departamento de Estado dos EUA, para a feitura de sua pesquisa, em uma tradição de pensamento iniciada por Hegel que perpassou as filosofias de Cournot e Kojève. Perry Anderson posicionou Francis Fukuyama em relação ao surgimento do termo *posthistoire*, como fruto de uma conjuntura política e tradição filosófica dos anos 1950, sendo “menos um sistema teórico do que uma estrutura de sentimento, o impulso de uma certa experiência histórica.” (ANDERSON 1992, p. 8). Portanto, passados vinte anos do século XXI, pode soar desgastada a afirmação de que a história, como disciplina, está em crise. Afinal, não se trataria de uma novidade, e sim, dentro do campo da economia e da política, uma exceção que se apresenta como uma regra contínua.

Como várias expressões culturais indicam, o passado ainda permanece como objeto de interesse de uma boa parcela das sociedades humanas. Mas a demanda por história não necessariamente significa uma demanda por historiadores qualificados. Os novos meios digitais que permitem – guardadas as questões em torno da inequidade do alcance às redes – o acesso um pouco mais amplo a arquivos, bibliotecas e aulas são os mesmos meios de recrudescência dos *negacionismos*. Falar e escrever a respeito da história, transpondo os necessários rigores disciplinares, é cada vez mais desafiador com a intrusão de dispositivos e aparelhos no plano de disputa das formas de se pensar a respeito do homem no tempo e no espaço.

Muitos dos problemas apresentados nesta breve revisão de literatura dizem respeito a aspectos globais da historiografia. Dentre os quatro eixos indicados para enfrentar a hipótese da crise *da e na* história no contemporâneo – *o presentismo e os regimes de historicidade; a digitalidade; a intervenção no mundo prático; e as questões de política e economia para a interpretação da história* – os escritos resultantes de esforços de pesquisa e reflexão apontam para controvérsias da configuração disciplinar, as quais podem ser resolvidas pelas próprias virtudes epistêmicas do ofício de historiador. Dessa forma, o interminável litígio entre as diversas escolas de pensamento, sendo uma qualidade das práticas científicas, não deveria soar como um alarme de crise.

Todavia, para além do horizonte disciplinar, as convulsões sociais no interior daquilo entendido por Dipesh Chakrabarty (2018), a partir da categoria de *tempo do antropoceno*, ressignificam os conceitos em torno das crises históricas. Desde as pressões ônticas, das mais elementares ordens objetivas para a manutenção dos direitos mínimos à vida, ao complexo subjetivo do nível ontológico, a história dos homens, para e pelos homens, encontra-se longe de uma resolução. Portanto, deve-se sempre interrogar o clima da crise – das

pressões do meio ambiente à inteligência artificial – e os olhares diante dessas miragens:

Até agora, o pensamento político tem se centrado no ser humano, mantendo constante o 'mundo' fora das preocupações humanas ou tratando suas erupções no tempo da história humana como intrusões de um 'exterior'. Este 'fora' não existe mais (CHAKRABARTY 2018, p. 29, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. Stanford, California: Stanford University Press, 1998a.

AGAMBEN, Giorgio. **Remnants of Auschwitz: the witness and the archive**. New York: Zone Books, 1998b.

ANNALES. Un tournant critique? **Annales**. Economies, sociétés, civilisations. 43^e année, N. 2, 1988. p. 291-293. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1988_num_43_2_283489. Acesso em: 26 jun. 2020.

ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Tradução de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, dez. 2016. DOI 10.1590/0104-87752016000300009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-877520160003000807&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 jun. 2020.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Qualis periódicos na área de história: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação. *In*: TURIN, Rodrigo; AVILA, Artur; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). **A História (in)Disciplinada** Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 119-148.

BOTELHO, Maurílio Lima. Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 157-180, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31274. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31274>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ebu Editora, 2019.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up Time: Negotiating the Borders Between Present, Past and Future. **Storia Della Storiografia = History of Historiography**. 63 (1), p. 31–50, 2013.

BLANK, Javier. Um museu de grandes novidades: capital fictício, fundo público e a economia política da catástrofe. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 181-197, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31321. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31321>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 146, de 22 de mar. 2007**. Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências. Brasília, DF, mar. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2Y78hrq>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 867, de 26 de mar. 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF, mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ejO2fz>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**. Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. 1. ed. Dansk: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism’s stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**, v. 7, p. 35-53, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25602>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. ANTHROPOCENE TIME. **History and Theory**, 57, 2018, p. 5-32, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hith.12044>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. DOI 10.1590/S0103-40142010000200002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. Crise do capital e crise da gestão estatal: a socialdemocracia e o Brasil Potência. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 218-238, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31511. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31511>. Acesso em: 24 jun. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte**: leituras para a reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

FIGUEIREDO, Luciano R., História e Informática: O uso do computador. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. La vie des hommes infâmes. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits, Tome III**, Texte 1998. Paris: Gallimard, 1972.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). 1. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo Martins Fontes, 2008.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2VknX3Z>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Macmillan, 1992.

GINZBURG, Carlo. Conversar com Orion. **Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 12, n. 14, p. pp. 163-170, nov. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/175>. Acesso em: 06 out. 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. Tradução de Ana Isabel Soares. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e Experiências do Tempo. Tradução de Andréa S. De Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina De A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. A História e previsão do futuro. *In*: HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IEGELSKI, Francine. Resfriamento das sociedades quentes? - crítica da modernidade, história intelectual, história política. **Revista História (São Paulo)**, São Paulo, n. 175, p. 385-414, dez. 2016. DOI 10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.109305. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092016000200385&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2020.

KLEIN, Naomi. How big tech plans to profit from the pandemic. **The Guardian**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hMo8mV>. Acesso em: 13 mai. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KUHN, Thomas. The Essential Tension: Tradition and Innovation in Scientific Research. *In*: KUHN, Thomas. **The Essential Tension**: Selected Studies in Scientific Tradition and Change. Chicago: Univ. Chicago Press, 1977, p. 225-239.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. La fin des érudits. L'historien de demain sera programmeur ou se sera pas. **Nouvel Observateur**, 3 mai 1968. Disponível em: <https://bit.ly/37BVWyc>. Acesso em: 16 jun. 2020.

LORENZ, Chris. If You're So Smart, Why Are You under Surveillance? Universities, Neoliberalism, and New Public Management. **Critical Inquiry**, v. 38, n. 3, p. 599–629, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/664553>. Acesso em: 25 mai. 2020.

LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia Digitale**: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011). Dissertação (Mestrado em História Comparada). Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MAIA, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 50-65, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31057. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31057>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MARQUES, Danilo Araújo. **No fio da navalha**: historicidade, pós-modernidade e fim da História. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2TKjBqQ>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**. A ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.

NICODEMO, Tiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Meta-história para robôs (*bots*): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 12, n. 29, 28 abr. 2019. DOI 10.15848/hh.v12i29.1443. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1443>. Acesso em: 17 jun. 2020.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010. DOI 10.5380/his.v0i53.15808. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15808>. Acesso em: 29 mai. 2020.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 18-34, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31121>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634/3098>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria.; ARAUJO, Valdei Lopes de. Reconfigurações do tempo histórico. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, 5 jun. 2017. DOI 10.35699/2316-770X.2016.2770. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2770>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Atualismo 1.0** - Como a ideia de atualização mudou o século XXI. 2. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2019. *Ebook*.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: TURIN, Rodrigo; AVILA, Artur; NICOLAZZI, Fernando. (Orgs.). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019, p. 73-118.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 9, n. 22, 31 jan. 2017. DOI 10.15848/hh.v0i22.1186. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1186>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SILVA, Daniel Pinha. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 83-110, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.31322. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31322>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SHORE, Cris. Audit Culture and Illiberal Governance: Universities and the Politics of Accountability. **Anthropological Theory**, v. 8, n. 3, p. 278–298, Sept. 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499608093815>. Acesso em: 25 mai. 2020.

SOUSA, Francisco Gouvea de; GUIMARÃES, Géssica; NICODEMO, Thiago Lima. Uma lágrima sobre a cicatriz: o desmonte da universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJresiste). **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 17, p. 71-87, jul. 2017. DOI 10.12957/revmar.2017.28598. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/28598>. Acesso em: 28 nov. 2019.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: A crise adiada do capitalismo democrático**. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAVARES, Célia Cristina da Silva Tavares. História e Informática. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 586-601, dez. 2016. DOI [10.1590/2237-101x017033012](https://doi.org/10.1590/2237-101x017033012). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2016000200586&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo [online]**. 2018, v. 24, n. 2, p.186-205. DOI [10.1590/tem-1980-542x2018v240201](https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2018v240201). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042018000200186&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n. 13, p. 78-95, 12 nov. 2013. DOI [10.15848/hh.v0i13.673](https://doi.org/10.15848/hh.v0i13.673). Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/673>. Acesso em: 24 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: TURIN, Rodrigo; AVILA, Artur; NICOLAZZI, Fernando. (Orgs.). **A História (in)Disciplinada**: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 1. ed. Vitória: Milfontes, 2019a, p. 245-272;

TURIN, Rodrigo. Tempos de transição: aceleração e dessincronização social. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (Orgs.) **Tempos de transição**. E-book. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/2UBstiN>. Acesso em: 11 jun. 2020.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. 1. ed. Dansk: Zazie Edições, 2019b.

VIEIRA, Beatriz; FELIPPE, Eduardo Ferraz; NICODEMO, Thiago Lima. Crise: a exceção que se tornou regra. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 18, p. 7-12, jan. 2018. DOI 10.12957/maracanan.2018.32264. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/32264>. Acesso em: 23 jun. 2020.

WHITE, Hayden. **The practical past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Luiz Alexandre Kosteczka 

alexkosteczka@gmail.com
Universidade Federal do Paraná
Curitiba
Paraná
Brasil

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.